Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2011

Autoria: Senador Armando Monteiro (PTB/PE)

Iniciativa:

Ementa:

Acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a garantia antecipada do crédito tributário e da execução fiscal.

Explicação da Ementa:

Inclui artigos na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para possibilitar o oferecimento de seguro-garantia ou de bens (dinheiro; título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; pedras e metais preciosos; imóveis; navios e aeronaves; veículos; móveis ou semoventes; e direitos e ações) por aquele que possuir débito indicado em listagem de débitos expedida por órgão da Fazenda Pública e que esteja obstando a expedição de certidão positiva com efeito de negativa. A referida garantia poderá ser oferecida em qualquer momento, ainda que não ajuizada a execução fiscal, e ocorrerá perante o Juízo competente para processar a execução fiscal que vier a ser ajuizada para cobrar o respectivo débito. A garantia deverá corresponder ao valor suficiente para cobrir a integralidade do débito na data do requerimento. Define integralidade do débito como sendo: o valor informado na listagem de débitos expedida a pedido do devedor pelo órgão da Fazenda Pública em cuja jurisdição o débito se encontrar. Possibilita o deferimento da garantia em caráter liminar. Estipula o prazo de 5 (cinco) dias para a Fazenda Pública intimada se manifestar sobre a idoneidade e a suficiência da garantia oferecida. Determina que, deferida a garantia, considerar-se-ão assegurados o débito e a eventual futura execução fiscal destinada a cobrá-lo, não podendo, a partir de então, o débito assegurado obstar a expedição da certidão positiva com efeito de negativa. Prescreve que, ocorrendo o ajuizamento da execução fiscal relativa ao débito garantido, os autos relativos à prestação de garantia serão apensados à execução fiscal e a garantia será convertida em penhora, contando-se o prazo para o oferecimento de embargos a partir da intimação da penhora. Determina que, alterada a competência para o processamento e julgamento da execução fiscal, os autos do processo relativo à garantia mencionada serão remetidos ao novo Juízo competente para o processamento e julgamento da ação. Impõe que a extinção do débito ou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, verificada em qualquer momento, resulta na liberação da garantia prestada, salvo, no caso de suspensão da exigibilidade do crédito, se a existência da garantia constituir fundamento para a sua concessão. Estipula que a baixa da garantia seja procedida perante o órgão jurisdicional em que estiver tramitando o processo. Ordena que o requerimento da liberação da garantia seja instruído com a prova da ocorrência da extinção do débito ou da suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Para o oferecimento da garantia mencionada, determina a aplicação do procedimento relativo à prestação de caução, previsto nos arts. 826 a 838 do Código de Processo Civil. Determina entrada em vigor na data de sua publicação.

Assunto: Jurídico - Direito Civil

Data de Leitura: 11/05/2011

Tramitação encerrada

Projeto de Lei do Senado n° 244, de 2011

Decisão:	Aprovada por Comissão em decisão	**Último local:**	-
Destino:	À Câmara dos Deputados	**Último estado:**	05/11/2013 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Despacho:

11/05/2011 (despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CAE - (Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator(es):

Senador Luiz Henrique (encerrado em 20/09/2011 - Deliberação da matéria)

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Francisco Dornelles (encerrado em 16/10/2013 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

13/11/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Á COARQ.

01/08/2014 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

05/11/2013 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Anexado o Ofício SF nº 2.370, de 05/11/2013, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 63 a 65).

01/11/2013 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls.61 e 62).

31/10/2013 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Recebido neste órgão às19:15 hs.

31/10/2013 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA

Ação: Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, da presente matéria.
Tendo sido aprovado terminativamente pela comissão competente, o projeto vai à Câmara dos Deputados.
À SEXP.

Publicado no DSF Páginas 78231

Projeto de Lei do Senado n° 244, de 2011

TRAMITAÇÃO

31/10/2013 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para interposição de recurso.

30/10/2013 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Juntados quadro comparativo (fls. 54 a 56) e texto final revisado (fls. 57 e 58).

23/10/2013 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para interposição de recurso: 24/10/2013 a 30/10/2013.

22/10/2013 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Leitura dos Pareceres nºs:
- 1.194, de 2013-CAE, relator Senador Luiz Henrique, favorável;
- 1.195, de 2013-CCJ, relator Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

A Presidência anuncia o recebimento do Ofício nº 310, de 2013, do Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do presente projeto, com as Emenda nºs 1 e 2-CCJ.
Fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.
À SCLSF.

Publicado no DSF Páginas 74801-74830

Publicado no DSF Páginas 74876-74877

18/10/2013 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Aguardando leitura dos pareceres da CAE e CCJ.

Juntada às fls. 47/52, legislação citada nos pareceres.

17/10/2013 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 18h30.

17/10/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF, para prosseguimento da tramitação.

16/10/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 60ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o Senador Vital do Rêgo passa a Presidência ao Vice-Presidente da CCJ, Senador Aníbal Diniz.

Durante a discussão da matéria, o Senador Francisco Dornelles reformula o Relatório, para acolher a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e n° 2-CCJ.

TRAMITAÇÃO

Anexei o Texto Final do PLS nº 244, de 2011, na CCJ.

Anexei o Ofício nº 310/2013- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

16/10/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Juntei, às 11h10, a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Encaminhada cópia da Emenda ao Relator, Senador Francisco Dornelles, para análise.

01/10/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Recebido às 20h19 relatório do Senador Eduardo Braga, com voto pela rejeição do Projeto.

Matéria incluída na Pauta da Comissão.

********** Retificado em 02/10/2013**********
Onde se lê "relatório", leia-se "voto em separado".

25/09/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a Presidência concede Vista Coletiva aos Senadores nos termos regimentais.

Encaminhada cópia do Relatório do Senador Francisco Dornelles e do avulso da matéria aos Senadores.

21/08/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido, às 9 horas e 57 minutos, o relatório do Senador Francisco Dornelles, com voto pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Matéria incluída na Pauta da Comissão.

16/08/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 46ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agendada para o dia 21/08/2013.

14/08/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao gabinete do relator, Senador Francisco Dornelles, para reexame do Relatório.

09/08/2013 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

Projeto de Lei do Senado n° 244, de 2011

TRAMITAÇÃO

12/09/2012 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Projeto retirado de Pauta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

********** Retificado em 09/11/2012**********
Projeto retirado de Pauta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador Francisco Dornelles favorável ao Projeto.

07/08/2012 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

21/03/2012 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido nesta Comissão, às 9 horas e 5 minutos, o relatório do Senador Francisco Dornelles, com voto pela aprovação do Projeto.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

01/03/2012 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Francisco Dornelles, para emitir relatório.

21/09/2011 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão.

Matéria aguardando distribuição.

20/09/2011 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Em reunião realizada nesta data, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto.
Anexados, às fls. 19-24, Parecer da Comissão.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

15/09/2011 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: A presente Matéria consta da Pauta da 44ª Reunião da CAE, a realizar-se em 20/9/2011.

Projeto de Lei do Senado n° 244, de 2011

TRAMITAÇÃO

30/08/2011 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Reunida a Comissão nesta data, a apreciação da Matéria é adiada.

25/08/2011 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: A presente Matéria consta da Pauta da 39ª Reunião da CAE, a realizar-se em 30/8/2011.

12/08/2011 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Luiz Henrique, com relatório favorável ao Projeto. Cópia anexada ao processado às fls. 14-18.

28/06/2011 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Luiz Henrique Relator da Matéria.

20/05/2011 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Matéria aguardando distribuição.

13/05/2011 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: Matéria aguardando recebimento de emendas.

Primeiro dia: 13/5/2011
Último dia: 19/5/2011

12/05/2011 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Ação: Recebido nesta Comissão, nesta data.

Matéria aguardando abertura do prazo para recebimento de emendas.

11/05/2011 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.
Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.
A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 15107-1511

Projeto de Lei do Senado n° 244, de 2011

TRAMITAÇÃO

11/05/2011 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 13 (treze) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 244/2011

Data: 11/05/2011

Autor: Senador Armando Monteiro (PTB/PE)

Local: null

Descrição/Ementa: Acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a garantia antecipada do crédito tributário e da execução fiscal.

Legislação citada

Data: 11/05/2011

Autor: -

Local: null

Avulso inicial da matéria

Data: 11/05/2011

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.
Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.
A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Relatório Legislativo

Data: 12/08/2011

Autor: Senador Luiz Henrique (MDB/SC)

Local: Comissão de Assuntos Econômicos

Ação Legislativa: Devolvido pelo relator, Senador Luiz Henrique, com relatório favorável ao Projeto. Cópia anexada ao processado às fls. 14-18.

Parecer

Data: 20/09/2011

Autor: -

Local: Comissão de Assuntos Econômicos

Ação Legislativa: Em reunião realizada nesta data, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto.
Anexados, às fls. 19-24, Parecer da Comissão.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

DOCUMENTOS

Relatório Legislativo

Data: 21/03/2012

Autor: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido nesta Comissão, às 9 horas e 5 minutos, o relatório do Senador Francisco Dornelles, com voto pela aprovação do Projeto.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Relatório Legislativo

Data: 21/08/2013

Autor: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 9 horas e 57 minutos, o relatório do Senador Francisco Dornelles, com voto pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Matéria incluída na Pauta da Comissão.

Voto em Separado

Data: 01/10/2013

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido às 20h19 relatório do Senador Eduardo Braga, com voto pela rejeição do Projeto.

Matéria incluída na Pauta da Comissão.

********** Retificado em 02/10/2013**********
Onde se lê "relatório", leia-se "voto em separado".

EMENDA 1 / CCJ - PLS

Data: 16/10/2013

Autor: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Juntei, às 11h10, a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Encaminhada cópia da Emenda ao Relator, Senador Francisco Dornelles, para análise.

Parecer

Data: 16/10/2013

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 60ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o Senador Vital do Rêgo passa a Presidência ao Vice-Presidente da CCJ, Senador Aníbal Diniz.

Durante a discussão da matéria, o Senador Francisco Dornelles reformula o Relatório, para acolher a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e n° 2-CCJ.

Anexei o Texto Final do PLS nº 244, de 2011, na CCJ.

Anexei o Ofício nº 310/2013- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

DOCUMENTOS

Texto final - Projeto de Lei

Data: 16/10/2013

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 60ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o Senador Vital do Rêgo passa a Presidência ao Vice-Presidente da CCJ, Senador Aníbal Diniz.

Durante a discussão da matéria, o Senador Francisco Dornelles reformula o Relatório, para acolher a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e n° 2-CCJ.

Anexei o Texto Final do PLS nº 244, de 2011, na CCJ.

Anexei o Ofício nº 310/2013- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF.

P.S 1194/2013

Data: 22/10/2013

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura dos Pareceres nºs:
- 1.194, de 2013-CAE, relator Senador Luiz Henrique, favorável;
- 1.195, de 2013-CCJ, relator Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.
A Presidência anuncia o recebimento do Ofício nº 310, de 2013, do Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do presente projeto, com as Emenda nºs 1 e 2-CCJ.
Fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.
À SCLSF.

Quadro Comparativo

Data: 30/10/2013

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação Legislativa: Juntados quadro comparativo (fls. 54 a 56) e texto final revisado (fls. 57 e 58).

Descrição/Ementa: Lei nº 6.830/1980 x PLS x Emendas da CCJ

Texto final revisado - Projeto

Data: 30/10/2013

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação Legislativa: Juntados quadro comparativo (fls. 54 a 56) e texto final revisado (fls. 57 e 58).

Autógrafo - PLS 244/2011

Data: 05/11/2013

Projeto de Lei do Senado n° 244, de 2011

DOCUMENTOS

Autor: -

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o Ofício SF nº 2.370, de 05/11/2013, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 63 a 65).